

Reunião no Planalto dá início a estudos para desindexar a economia brasileira

Brasília — Com uma longa reunião no Palácio do Planalto, o Governo iniciou ontem oficialmente os estudos para a desindexação da economia, revelaram o Secretário Especial de Abastecimento e Preços, José Milton Dallari, e o secretário-geral do IPEA, José Savazini Arantes, que participaram da reunião. O Ministro do Planejamento, Delfim Neto, ouviu representantes de todos os setores do Governo envolvidos com o acompanhamento dos índices da economia.

Os Ministros do Trabalho, Murilo Macedo, e da Fazenda, Ernane Galvêas, não participaram da reunião, para a qual porém foi convocado o Ministro do Interior, Mário Andreazza, para discutir a questão dos efeitos da desindexação no Sistema Financeiro da Habitação e Poupança. Foram também convocados técnicos da Fundação Getúlio Vargas que fazem os estudos para fixar o índice mensal da inflação, além do presidente do IBGE, Jessé Pinto Montello.

Segundo o ex-Ministro do Planejamento, Reis Velloso, que ontem esteve com Delfim Neto, a desindexação deverá ser adotada após a divulgação do decreto limitando as despesas das empresas estatais. Ele defende a medida salientando que “a correção monetária atualmente é fator de realimentação da inflação”.

COMOÇÃO SOCIAL

— Se o Governo atingir apenas os salários, vai haver uma verdadeira comoção social, e aí o PDS não terá como defender a causa — lembrou ontem o Senador Virgílio Távora, um dos vice-líderes do Governo no Senado para assuntos econômicos, à saída de um encontro com o Ministro Galvêas, no Palácio do Planalto.

O Senador explicou que foi ao Planalto para trocar idéias e municiar-se para defender o Governo no Congresso. Para ele a desindexação é iminente, mas o termo “está exorcizado”, por se encontrar li-

gado ao índice salarial, é ressaltou que “a liberação parcial dos índices, atingindo apenas os salários, é difícil, e o Governo poderá tomar medidas com a conotação da desindexação, mas com outra terminologia”.

O Ministro Murilo Macedo, em seu primeiro dia de atividade em Brasília após uma viagem à Europa, disse que a desindexação atingindo apenas os salários “seria muito injusta”. Salientou que a medida, se adotada, deve atingir toda a economia, “sob o risco de penalizar só os assalariados”.

O principal assessor econômico do Ministro do Planejamento, Akihiro Ikeda, comentou que o primeiro passo é o Governo ampliar a discussão para saber o que é desindexação.

Embora não disponha de conceitos definidos na questão dos salários, o Governo vem trabalhando com a hipótese de simples alteração nas faixas atuais do INPC, para efeito de reajuste. Assim, quem tem reajuste com base em 100% do INPC (até sete salários-mínimos) cairia para 90%, e assim sucessivamente. Mas este ponto não está claro, e é inevitável uma renegociação via Congresso Nacional. Assessoros do Ministro Delfim Neto entendem que nem o PDS, nem o PTB (aliado do Partido do Governo) aceitariam votar no arrocho salarial.

VELLOSO DEFENDE

O ex-Ministro Reis Velloso explicou que, a cada novo pacote de medidas restritivas, cresce o nível de desemprego, e sugeriu que a única maneira de quebrar este ciclo é a desindexação, que para ele virá de uma vez, de imediato, e atingindo todos os setores. Para ele, só a desindexação poderá permitir a retirada dos subsídios sem acelerar novamente o ritmo dos preços.

Acrescentou que a própria abertura política permite o debate quanto à conveniência da adoção da medida, e afirmou ter colhido opiniões favoráveis: